

Luis Gustavo
Molinari Mundim

Sob o signo do moderno



A elaboração de “um mapa moderno e exato” da Província de Minas Gerais, empreendida na primeira metade do século XIX, embora tenha se revelado tarefa mais complexa do que imaginavam seus idealizadores, consumindo cerca de 20 anos para sua conclusão, representou um novo olhar sobre o território e sobre o espaço mineiro.

> Os mapas, de longa data, despertam o interesse e o fascínio de diversos povos e indivíduos. Isso se deve não somente às vantagens de orientação e de localização intrínsecas à cartografia, mas também pelo fato de essas ferramentas funcionarem como representações do real, ou seja, os mapas são instrumentos de compreensão do mundo e do espaço transmitida a um suporte material. Além disso, do ponto de vista histórico, os mapas, como as demais fontes de informação histórica, são frutos de realidades específicas e carregam em si traços significativos que são registro indelével do momento em que foram produzidos.

No Brasil, durante os anos da colonização e do império, a representação cartográfica do espaço foi uma preocupação constante dos governantes. Os mapas eram considerados uma espécie de olhos do rei e, cada vez mais, eram vistos como instrumentos essenciais para conhecimento dos vastos espaços da colônia por parte da administração. Por meio dos mapas, o poder régio ampliava suas informações sobre o espaço de suas posses, o que por fim auxiliava e garantia o processo de civilização¹ e de dominação das regiões do império. Afinal, “mapear significava conhecer, domesticar, submeter, conquistar, controlar, contradizer a ordem da natureza”.² Além disso, os mapas têm uma relação direta com as fronteiras, pois, por serem instrumentos ordenadores, desempenharam e desempenham um papel fundamental na construção das imagens sobre os espaços que representam, influenciando inclusive na percepção do território e na construção de sua unidade.

Mapeando fronteiras

Nas Minas Gerais, a ocupação e a conformação do território³ foram um processo gradativo e heterogêneo que, ao longo do século XIX, ainda estava em construção. As fronteiras⁴ internas do Estado não

exibiam a conformação que hoje conhecemos e havia a necessidade crescente de se identificar e, conseqüentemente, mapear o território. Como fruto dessa necessidade, a administração imperial determinou providências para conhecimento de seu espaço, e é nesse sentido que ganha destaque a elaboração do *Mapa da Província de Minas Gerais* (1855). Essa foi a primeira determinação oficial relativa à então Província de Minas Gerais, com a finalidade de mapear o seu território. Além disso, o tempo gasto na confecção da carta⁵ e as dificuldades envolvidas no processo se apresentam como importantes elementos para uma reflexão sobre a dinâmica que caracterizou o mapeamento cartográfico na província, até meados do século XIX.

A Lei nº 18, de 1º de abril de 1835, ordenava que fosse “levantada uma Carta Geográfica e Topográfica” de todo o território da província.⁶ A ordem tinha por objetivo preencher uma lacuna nas informações territoriais e seguia uma orientação que também se desenvolvia em outras províncias do império. Como já foi dito, a cartografia se firmava uma vez mais como ferramenta de dominação e controle subjetivo do espaço.

Em relação a esse mapa, especificamente, diversos governantes depositavam a expectativa de a carta tornar-se um importante instrumento para o planejamento dos negócios públicos. O mapa, desde sua concepção, surgia com a promessa de ser o mais exato e preciso já produzido sobre Minas Gerais e marcava o envolvimento direto da administração imperial nos levantamentos e na produção cartográfica. É importante lembrar que, embora outros mapas produzidos anteriormente pudessem ser encarados como instrumentos oficiais, esses eram produtos da iniciativa de particulares que ofereciam seus trabalhos aos governantes, geralmente em troca de honras e mercês. Tal é o caso dos mapas produzidos por José Joaquim da Rocha no último quartel do século XVIII,

ofertados ao governador da Capitania de Minas Gerais, dom Rodrigo José de Menezes.⁷

Contudo, apesar do interesse provincial e da reconhecida importância estratégica da *Carta Geográfica e Topográfica*, sua execução se arrastou por longo tempo, aproximadamente 20 anos. Vários foram os motivos para a demora desse processo. Analisando os *Relatórios de Presidente de Província de Minas Gerais*,⁸ é possível resgatar parcialmente algumas etapas de produção dessa carta.

Início dos trabalhos

Somente após sete anos da promulgação da Lei nº 18 o vice-presidente da Província de Minas Gerais, Herculano Ferreira Penna, determinava as primeiras providências para execução do mapa. A primeira ação seria a formação de uma comissão para coordenar os trabalhos. Na *Falla dirigida à Assembléia Legislativa Provincial*, em 1842, Herculano expunha alguns aspectos referentes à elaboração da carta:

Determina a Lei nº 18, artigo 58 § 13, que o Inspetor Geral das Estradas faça levantar uma *Carta Geográfica e Topográfica da Província*, nomeando um Geógrafo com autoridade do presidente, e ministrando-lhe os instrumentos coadjuvadores, quando for para as observações astronômicas, e geodésicas. Antes porém de organizada, como hoje se acha a Inspeção Geral das Estradas, *incumbiu o Governo da Província esse trabalho a uma Comissão já mencionada no anterior Relatório, de que fazem parte, o Engenheiro em chefe, o Secretário da Presidência, e o cidadão chamado Luiz Maria da Silva Pinto, que a isso se há prestado gratuitamente, havendo 2 ajudantes, que vencem módicas gratificações.*

*As ocupações de cada um dos membros da Comissão tem continuado a obstar ao maior desenvolvimento de seus trabalhos, mas ainda assim não deixam eles de corresponder ao dispêndio feito pela Fazenda Pública. Além do grande Mapa da Província, que trata-se de reduzir da escala de 9 palmos de comprimento a 6 palmos, e 6 polegadas de altura tem-se concluído os parciais de muitos Municípios, posto que ainda faltem diversas correções, para as quais necessita a Comissão do auxílio de pessoas inteligentes que as indiquem com segurança, depois dos convenientes exames sobre os diversos objetos, que compreendem a superfície dos Municípios, como a posição das Cidades, Vilas, e outras Povoações, Montanhas, direção das Estradas, curso dos Rios, divisas territoriais, etc., a par das observações astronômicas, e dos cálculos, que delas resultam, para determinar-se a exata posição de diversos pontos. Sendo pois autorizada a necessária despesa, e tomando o Inspetor Geral das Estradas a parte, que, segundo a Lei, deve caber-lhe nestes importantes trabalhos, estou certo que tornar-se-ão mais ativos, como o exigem as necessidades do serviço público que muitos estorvos encontra, como sabeis, por faltar-nos ainda um mapa moderno, e exato da província.*⁹

No excerto, entre outras coisas, o vice-presidente dava conta das atividades desenvolvidas até aquele período e esboçava a metodologia de trabalho que deveria ser empregada futuramente pela comissão. Autorizava também as despesas necessárias para o serviço. O texto evidenciava a magnitude da tarefa e deixava clara a necessidade do auxílio de cidadãos renomados para compor a comissão. Um desses indivíduos foi o major Luiz Maria da Silva Pinto,¹⁰ funcionário régio, responsável pela primeira tipografia oficial da Província de Minas Gerais e por um importante *Dicionário da*

Língua Brasileira. Herculano Ferreira Penna lamentava, ainda, a falta de um “mapa moderno, e exato da província” que pudesse auxiliar no planejamento e conhecimento do território mineiro. As palavras do governante davam o tom do ideal da época, amparado sob o signo do moderno. Pelo exposto, podemos constatar a expectativa depositada no mapa, que se visualizava como um instrumento imprescindível para a administração imperial.

Expectativas

No ano seguinte, em 1843, o presidente da Província, Francisco José de Souza Soares d’Andréa, expunha em sua *Falla* uma visão ampla do que esperava do mapa, demonstrando-se cético quanto à qualidade das cartas existentes até aquele momento:

O levantamento da *Carta Geral da Província* foi decretado por Lei desta Assembleia, mas ainda se não tem tratado de outros trabalhos, que de dar grandes dimensões as Cartas conhecidas até agora, sem que tenhamos a certeza, de que as que serão impressas, ou desenhadas tenham sido formadas debaixo de métodos convenientes, e seguros.

Não me consta que haja uma coleção de observações astronômicas, que segurem a posição de certos lugares para em relação à eles se corrigirem pela estimativa outros. Não sei que haja Plantas topográficas de terrenos parciais, e em tão grande número, que possam dar elementos para a *Carta Geral da Província*; e não vejo que as hoje existentes sejam outra coisa, que a tradição sucessiva de diversas Cartas de curiosos, que pouco, e pouco se vão aumentando de nomes postos à vontade, e por informações, e assim a maior parte dos

trabalhos, com que se conta, e de Cartas levantadas no Gabinete, e cujos autores nunca virão tais terrenos. A única parte, à que pode dar-se algum crédito é a de Costa, por que é configurada à custa de muitas observações, e assim mesmo não faltarão erros, até em latitude, em quase toda ela.¹¹

A crítica de Francisco José de Souza Soares d’Andréa em relação aos mapas existentes era em parte procedente, principalmente quanto à precisão das coordenadas geográficas estabelecida nas cartas. O governante criticava, principalmente, a “tradição sucessiva de diversas Cartas de curiosos, que pouco, e pouco se vão aumentando de nomes postos à vontade”. Também não poupava os chamados cartógrafos de gabinete, que não conheciam os locais que pretendiam representar.

O relatório de d’Andréa torna-se ainda mais importante por não se tratar da opinião de um leigo no assunto. Como engenheiro militar do império, o governante sabia com propriedade das técnicas cartográficas existentes, sendo inclusive nomeado pelo imperador para participar, alguns anos mais tarde, em 1853, da Comissão Imperial de Demarcação de Limites entre o Império do Brasil e a República Oriental do Uruguai.¹²

Todavia, talvez a crítica de d’Andréa fosse demasiadamente exagerada, pois incluía no rol das “cartas de curiosos” mapas como o de José Joaquim da Rocha e o de Eschwege.¹³ Mapas que, se não primavam pela exatidão que d’Andréa esperava, estavam em consonância com as últimas técnicas cartográficas na ocasião de suas respectivas produções. Além disso, a crítica à figura do “cartógrafo de gabinete” parece estranha, visto que tal prática era muito comum no período, sendo empregada inclusive no próprio *Mapa da Província de Minas Gerais*, quando o alemão Friedrich Wagner foi contratado para executar a função.



*Carta chorographica da Província de Minas Geraes, coordenada e desenhada em vista dos Mappas chorographicos antigos e das observações mais recentes de vários Engenheiros, por Ordem do Ilm^o. e Exm^o. Sr. Doutor Francisco Diogo Pereira de Vasconcellos, Presidente desta Província. Frederico Wagner, Ouro Preto, 1855. Acervo Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro. In: COSTA, Antônio Gilberto (Org.). *Cartografia da conquista do território das Minas*. Belo Horizonte: Editora UFMG; Lisboa: Kapa Editorial, 2004.*



Retrato do engenheiro militar Heinrich Wilhelm Ferdinand Halfeld (Clausthal, Alemanha, 1797 – Juiz de Fora, MG, 1873). In: MARTINS, Beatriz Borges. *A vida é essa...* Belo Horizonte: B.B. Martins, 2000

No mesmo relatório d'Andréa relativizava em parte as críticas enfatizando que “não devemos desprezar o trabalho, que está feito, mas devemos cuidar em ter a Carta Geral da Província por modos mais diretos”.¹⁴ A preocupação com a exatidão na coleta dos dados e com a boa execução dos mapas era a tônica no discurso do governante. Francisco d'Andréa determinou, inclusive, a constituição de uma Comissão de Geografia, formada por quatro “observadores” que, segundo ele, seriam indispensáveis “não só para se ajudarem uns aos outros, mas por que em algumas observações de longitude é melhor que sejam quatro”.¹⁵

As determinações do governante incluíam também o plano de trabalho da comissão, estabelecido com minúcias:

Esta Comissão pode correr a Província para determinar astronômicamente todos os lugares mais notáveis dela, sem exceção, como sejam as Praças das Cidades e Vilas, ou os Adros das Igrejas dos Arraiais e Freguesias. A confluência de todos os rios, à que possam chegar. A passagem dos rios no cruzamento com as estradas. A passagem das Estradas pelas cristas das Serras no lugar, em que as dobrarem. As nascentes principais dos rios mais notáveis.

Em cada um destes lugares pode a Comissão por todos os meios conhecidos, determinar a longitude por um centro ou mais de observações, determinar a latitude por algumas observações, mas em menor número, e a declinação da agulha. Estes dados para os cálculos devem ser enviados ao Arquivo Militar, onde se desenvolverão, e pelo termo médio dos mais acreditáveis, se deduzirá a posição geográfica desses lugares, passando-os logo a um papel preparado para este efeito com os meridianos, e paralelos já traçados.¹⁶

As pretensões do presidente da província, Francisco José de Souza Soares d'Andréa, eram ambiciosas e de difícil execução, ainda mais para um corpo técnico limitado como era o caso do existente na província. Ademais, a extensão territorial de Minas Gerais e as dificuldades geográficas eram por si só obstáculos significativos para a execução do trabalho.

Além disso, no relatório o presidente da província determinava que a comissão medisse “os pontos conhecidos, e com instrumentos geodésicos, [pudesse] tirar a direção aos mais elevados, que conhecer para os encadear e fazer todas as mais observações, que [pudessem] ser convenientes à Geografia do País”.¹⁷ Tal solicitação evidenciava uma preocupação com uma cartografia nacional, tônica seguida pelo Brasil Império a partir da segunda metade do século XIX.

O governante também depositava plena confiança na metodologia estabelecida, conforme se observa de suas palavras: “por este modo a Carta da Província poderá corrigir-se, e merecer algum crédito, e adquirirem-se conhecimentos exatos sobre os lugares dos Distritos, Freguesias, Municípios, e Comarcas, de que tanto se precisa”.¹⁸ Por fim, d'Andréa propunha a destinação de dois contos de réis para a compra de instrumentos e outros 10 a 12 contos para as despesas de campo da Comissão de Geografia, quantia que, segundo seus prognósticos, deveria ser satisfatória para alguns anos.

Dois alemães

Em termos práticos, a elaboração do mapa foi uma tarefa laboriosa e seu desenvolvimento somente foi possível com a participação de dois indivíduos: Heinrich Wilhelm Ferdinand Halfeld, inspetor geral das estradas, e Friedrich Wagner, desenhista. Ambos eram funcionários régios, tinham origem germânica e imigraram para a Província de Minas Gerais pouco tempo após a independência do Brasil. A trajetória de vida dos dois funcionários os credenciava para a confecção do mapa.

Halfeld nasceu em 1797 na cidade de Clausthal, reino de Hanover, onde se formou em engenharia pela Bergakademie Clausthal. Em 1815, aos 18 anos de idade, alistou-se no Exército e lutou contra os franceses na batalha de Waterloo, evento que pôs fim às chamadas guerras napoleônicas. Após o conflito, voltou a sua cidade natal, onde trabalhou na mineração. Em 1824, casou-se pela primeira vez e, no ano seguinte, transferiu-se para o Brasil, contratado como oficial mercenário do Exército Imperial, integrando o Corpo de Estrangeiros.¹⁹ Logo em seguida, deu baixa no serviço militar e se dirigiu para Minas Gerais, onde trabalhou, entre os anos de 1830 a 1832, a serviço da Imperial Brazilian Mining Association, em Gongo-Soco.²⁰ Em 1836, assinou

contrato com o governo da Província de Minas Gerais para exercer o cargo de inspetor de estradas. Nessa função, desempenhou inúmeras atividades, como a manutenção dos caminhos e o desenho de plantas de cidades. Realizou também, a pedido do império, uma expedição de mapeamento ao Rio São Francisco que resultou em uma série de 30 pranchas. Além disso, foi o responsável pela produção e pela organização dos trabalhos que resultaram no *Mapa da Província de Minas Gerais* (1855). Desligou-se da administração da província e mudou-se para um terreno que possuía próximo a cidade de Juiz de Fora, onde passou seus últimos dias atuando na política local e destacando-se como um dos promotores do desenvolvimento da região.²¹

As informações sobre Friedrich Wagner são poucas, sabe-se que nasceu na Boêmia e que era filho de pais saxões. Lutou nas guerras napoleônicas e veio para o Brasil em 1824. Apesar de aparecer nos documentos como cartógrafo, engenheiro, naturalista e mineralogista, tudo indica que não tinha formação superior. Sua habilidade para o desenho era reconhecida por todos, mas a remuneração recebida era bem inferior a dos demais engenheiros contratados pela província. Nos registros administrativos da Província de Minas Gerais, Wagner ocupava o cargo de *desenhador*. Aparentemente morreu em Vila Rica, em 1862.²²

Conforme dissemos anteriormente, a elaboração do *Mapa da Província de Minas Gerais* (1855) dependeu diretamente da ação desses dois indivíduos. Todavia, mesmo com o notório empenho de Halfeld e Wagner na execução das tarefas de construção da carta, as sucessivas paralisações nos trabalhos e a falta de pessoal capacitado fizeram com que o mapa demorasse cerca de 20 anos para ficar pronto. Herculano Penna, vice-presidente da província, em um de seus discursos dava um resumo da precariedade do corpo técnico da província e apresentava alguns indícios referentes aos motivos do atraso. Segundo ele:

[...] outra necessidade [que] existe ainda bem sensível é a de Engenheiros em número suficiente para se incumbirem dos importantes, e multiplicados trabalhos que exige esse ramo da pública Administração. É certo que temos a serviço da Província o Engenheiro Fernando Halfeld, que sendo distinto por sua inteligência, zelo e atividade já tem desempenhado com satisfação do Governo, tantos e tão diversos trabalhos de sua profissão, que não seria fácil enumerá-los: mas ele tem apenas 2 Ajudantes, um dos quais dirige a construção das obras da Seção da Estrada entre a Barreira N. 3, e a Ponte do Paraibuna, e o outro se ocupa de alguns trabalhos geodésicos debaixo de sua orientação, sendo assim evidente que um só chefe, por mais ativo que seja, não pode acudir a todos os pontos, onde é reclamada a sua presença, além de satisfazer a quotidiana e penosa correspondência, que mantêm com a Inspetoria Geral das Estradas, e com Empregados Subalternos. Tocando nesse objeto tendo em vistas fazer-vos sentir a necessidade de aumentar-se a consignação respectiva, de sorte que se possam contratar mais 2 Engenheiros.²³

A falta de corpo técnico especializado e o acúmulo de responsabilidades do inspetor geral das estradas, cargo ocupado por Halfeld, foram dois sérios problemas para a confecção do *Mapa da Província de Minas Gerais* (1855). Aliás, as queixas quanto à falta de engenheiros era um tema constante nos relatórios dos presidentes da Província de Minas Gerais. Além disso, pelo menos até meados do século XIX, a insuficiência do corpo técnico do império era uma difícil realidade. A maioria das províncias contava com poucos funcionários e recursos em face da demanda de serviço e das obrigações que deveriam desempenhar.

No caso específico de Minas Gerais, as múltiplas atribuições de Halfeld fizeram com que paulatinamente a produção do mapa ficasse quase que exclusivamente sob a responsabilidade de Friedrich Wagner. A respeito desse fato, o naturalista suíço Johann Jakob von Tschudi,²⁴ que viajou pela província em meados do século XIX e conhecia bem Friedrich Wagner, relatou a seguinte situação:

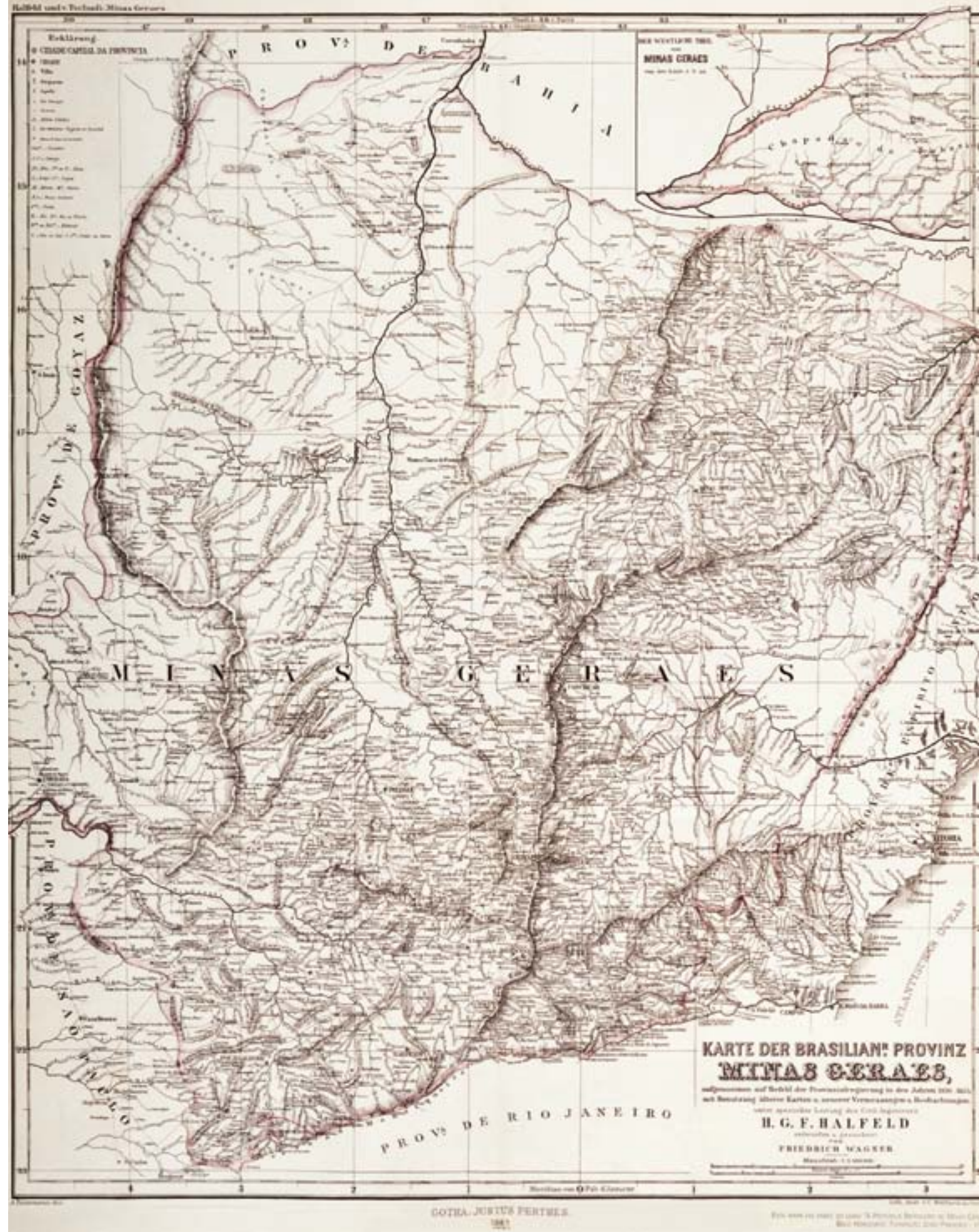
Sua principal tarefa [de Wagner] foi elaborar um grande mapa topográfico dessa imensa província, que o Sr. Halfeld havia levantado em missão para o governo entre 1836 e 1855. Com muita dedicação e mediante a utilização escrupulosa dos dados disponíveis, o Sr. Wagner executou o mapa na escala de 1:2.000.000. É o mapa mais exato e mais completo existente de qualquer das províncias brasileiras.²⁵

A certeza da exatidão dos dados do mapa e de sua completude foi manifestada nas palavras de Tschudi, que o enalteceu como o “mais completo” até aquele momento produzido no Brasil. Além disso, sabe-se também que Wagner foi o responsável pelas adaptações dos levantamentos de campo e pela inclusão das novas informações na carta. Tudo indica que esse foi realmente o trabalho de uma vida inteira, tendo em vista que a execução da tarefa consumiu vários anos de trabalho do desenhista.

Novas delongas

Em 1853, 11 anos após o relatório apresentado por Herculano Ferreira Penna, o então presidente da Província de Minas Gerais, Luiz Antônio Barboza, dava notícias sobre a confecção do mapa e destacava o papel de Wagner na condução dos trabalhos. No fragmento intitulado *Carta Topographica da Província*, Barboza relatava que:

Mapa da província brasileira de Minas Gerais, levantado sob ordem do Governo Provincial nos anos de 1836 a 1855 com uso de mapas mais antigos e novos levantamentos e observações sob direção especial do engenheiro civil H. G. F. Halfeld, projetado e desenhado por Friedrich Wagner. Litografia de Anst. v. C. Heilfarth. Editor Justus Perthes, Gotha, Alemanha, 1862. In: HALFELD, H.G.F.; TSCHUDI, J. Jvon. A província brasileira de Minas Gerais. Tradução: Myriam Avila; ensaio crítico, notas e revisão da tradução: Roberto Borges Martins. Belo Horizonte: Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1998.



Acha-se ainda bastante atrasado este importante serviço. *A cargo unicamente do desenhista Frederico Wagner*, distraído continuamente em copiar, e projetar plantas de diversas obras, e cartas de Municípios para satisfazer a exigências da Administração, apenas pôde corrigir pela escala do Mapa Topográfico da Província, uma grande parte da que foi levantada sobre a comarca do Gequitinhonha pelo Tenente João José da Silva Theodoro, e emendar várias faltas nos Municípios da Pomba, e S. João Nepomuceno sobre indicações, remetidas pelo Engenheiro Fernando Halfeld.

Os Engenheiros atualmente empregados têm obrigação de observar as localidades, onde se demoram, e remeter o resultado para se corrigirem quaisquer faltas, e quando obtivermos cópia da Planta do Rio S. Francisco, que por ordem do Governo Imperial está levantando o Engenheiro Halfeld, poderemos corrigir a Carta da Província para que seja das mais exatas.²⁶

O atraso na produção do mapa era lamentado publicamente e a culpa, atribuída em parte ao acúmulo de trabalho de Wagner e em parte à demora no envio das informações sobre as localidades.

O trecho do *Relatório de 1853* apresentava também uma informação relevante sobre a dinâmica da construção do mapa. Os engenheiros da província deveriam levantar em campo as informações, enquanto o *desenhador*, no caso Wagner, seria o responsável pela padronização dos dados e por sua inserção no mapa. Justamente o processo criticado anos antes pelo presidente da província Francisco José de Souza Soares d'Andréa. Do ponto de vista metodológico, a produção desse mapa seguia quase que completamente os padrões estabelecidos no século XVIII,²⁷ ou seja, levantamento em campo e lançamento posterior das informações.

Assim, pode-se constatar que a elaboração do *Mapa da Província de Minas Gerais*, assim como de outros que seguiam tal método, era um saber constituído em etapas: a primeira, com o levantamento das informações de campo, que gerava um relatório sobre a paisagem, as localidades, as populações, as medições cartesianas etc.; outra com a adequação, padronização e inserção das informações no desenho; e finalmente o processo de impressão do desenho por meio da litografia. É de se imaginar que, nesse processo, elementos importantes da província não eram registrados, ou eram simplesmente desconsiderados, devido ao pequeno número de indivíduos envolvidos e à extensão dos trabalhos.

No ano de 1854, foi a vez do presidente de Minas, Francisco Diogo Pereira de Vasconcellos, expor a situação do mapa no trecho do relatório intitulado *Carta Corografica da Província*:

O desenhista Frederico Wagner não se tem dado a este trabalho exclusivamente, por isso acha-se ele ainda em atraso. Está no meu pensamento auxiliar a sua conclusão, logo que se publique o regulamento sobre as Obras publicas: que o sistema que pretendo adotar, tornará mais fáceis ao dito Wagner os conhecimentos especiais da Província. Que lhe faltam por agora.

Colijo os necessários documentos e fatos de experiência para, servindo-me da faculdade que conferistes à Presidência na Lei 628, promulgar o mencionado *Regulamento*; e *tenho fundadas esperanças para assegurar-vos este trabalho se concluirá neste ano antes do encerramento de vossas seções*.²⁸

Vasconcellos justificava a demora em virtude da não publicação do *Regulamento sobre as Obras públicas*, instrumento que, segundo o governante, auxiliaria

Wagner na finalização dos trabalhos. O presidente prometia ainda o seu término para o ano então corrente, antes do encerramento das seções.

Todavia, no ano seguinte, em 1855, na parte do relatório dedicado ao mapa da Província e 20 anos após a promulgação da Lei nº 18, o presidente apresentava mais uma versão para os atrasos na conclusão do mapa. Segundo as palavras de Vasconcelos:

Não posso ainda noticiar-vos a conclusão deste trabalho a cargo do desenhador Frederico Wagner. Posto seja ele empregado zeloso, sua idade é não pequeno embaraço para um serviço, que exige muita assiduidade, e condições de robustez que já lhe faltam.

Não obstante, informa o dito desenhador em data de 27 do mês passado, que só resta para desenhar em tinta parte dos municípios de Barbacena, S. Antonio do Paraibuna, e todo o município do Uberaba, as montanhas da Província, além da correção de alguns equívocos, que se conhecerão existir nas partes do Rio Doce, há pouco percorridas pelo engenheiro Du Vernay na sua exploração as margens deste vale; assegura porem que este trabalho lhe não tomará muito tempo, e eu lhe recomendei que até fins do corrente mês contava com a apresentação do mapa já consideravelmente retardado.²⁹

Embora considerasse Wagner “empregado zeloso”, a crítica de Vasconcelos ao desenhista foi direta e pública. De acordo com o *Relatório*, o presidente acreditava que o desenhador não reunia mais as condições necessárias para o término da tarefa. Além disso, fazia também uma crítica quanto a alguns equívocos existentes no mapa. Era nítido o

descontentamento do governante com a situação. Naquele mesmo ano de 1855, o mapa foi dado como concluído e sendo logo alvo de inúmeras críticas, principalmente quanto à imprecisão no registro de alguns lugares.

Recepção crítica

Assim, embora tenha consumido vários anos, recursos, instrumentos e trabalho, o *Mapa da Província de Minas Gerais*, que nasceu sob a égide do moderno e deveria ser o “mais exato” até então elaborado, foi rapidamente cercado por críticas. O pior é que, ao que tudo indica, Wagner foi responsabilizado pela situação. As críticas foram tão fortes que resultaram na determinação do governo provincial para a construção de uma nova *Carta da Província*, essa sob a responsabilidade do engenheiro Gerber,³⁰ que ficou pronta em 1862.³¹ Sobre tal episódio, é difícil determinar se o *Mapa de Província de Minas Gerais* incorria em tantos erros ou se as críticas atendiam a outros interesses. Alguns biógrafos afirmavam que a nova *Carta da Província* elaborada por Gerber, na verdade, era uma compilação das informações e do trabalho de Wagner e que pouco acrescentava ao original.³²

Polêmicas à parte, a construção do *Mapa da Província de Minas Gerais* foi uma tarefa grandiosa, na qual se depositavam grandes esperanças, mas que se arrastou durante anos na administração provincial e que atendeu somente em parte às expectativas suscitadas quando de sua concepção. A criação do mapa, contudo, também representou um novo olhar sobre o território e sobre o espaço mineiro. Um olhar direcionado para o moderno e em que se auspiciavam a exatidão e a certeza. Os mapas, dados e levantamentos que dela se originaram são testemunhos da importância da empreitada no sentido de se conhecer e construir uma imagem do território de Minas Gerais.

Notas |

1. O conceito de civilização utilizado neste texto baseia-se na concepção de Norbert Elias, ou seja, “expressa a consciência que o Ocidente tem de si mesmo. [...] Com essa palavra, a sociedade ocidental procura descrever o que lhe constituiu o caráter especial e aquilo que se orgulha: o nível de sua tecnologia, a natureza de suas maneiras, o desenvolvimento de sua cultura científica ou visão de mundo, e muito mais”. ELIAS, Norbert. *O processo civilizador*: uma história dos costumes. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990. v. 1, p. 23.

2. BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira. Decifrando mapas: sobre o conceito de “território” e suas vinculações com a cartografia. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, v. 12, n. 1, p. 230, jan.-dez. 2004.

3. *Grosso modo*, o conceito de território é definido como uma região sob a qual incide uma jurisdição qualquer. De acordo com o clérigo Rafael Bluteau, que escreveu sobre o vocábulo no século XVIII, o território era o espaço de terra nos contornos e jurisdição de uma cidade. É importante ressaltar também que essa delimitação não era absoluta, conforme nos alerta Paul Allié: “O território não é uma categoria universal, mas historicamente constituída e fruto da ação humana”. Nesse sentido, é importante diferenciar o território do espaço. Esse último seria um termo mais amplo, geral. Ver BLUTEAU, Raphael. *Vocabulário Portuguez & Latino, áulico, anatômico, architectonico...* Coimbra, 1712-1728. 8v. Disponível em: <http://www.ieb.usp.br/online>. Acesso em: 25 de outubro de 2008. Ver BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira. *Desenho e designio*: o Brasil dos engenheiros militares (1500-1822). Tese (Doutorado em Estruturas Ambientais Urbanas) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2001. p. 484.

4. A fronteira é o limite, a baliza, a linha delimitadora entre duas frentes. Beatriz Bueno lembra ainda que “o conceito de fronteira é variável e definido pelo conquistador; para além das fronteiras naturais, a fronteira política é sempre uma linha abstrata”. Ver BUENO. *Desenho e designio*, p. 485.

5. As palavras *carta*, *mapa* e *carta cartográfica* são recorrentes no texto e estão empregadas no sentido específico de expressar as produções cartográficas.

6. Lei nº 18, de 1º de abril de 1835, artigo 56, parágrafo 3. In: *Livro da Lei Mineira*, 1835, tomo 1, parte 1, p. 80.

7. Sobre a oferta das memórias e dos mapas que Rocha fez ao governador da capitania, é importante lembrar que tal atitude estava inserida na “economia moral do dom”, que entre outras coisas condicionava a realização de determinado serviço ao recebimento de honras e mercês. Tais práticas revelavam ainda a existência de relações de poder informais e formais, constituindo as chamadas “redes clientelares” de poder, que eram muito comuns na administração portuguesa no período colonial e avançaram inclusive pelo Brasil Império. Sobre o assunto consultar, entre outros, HESPANHA, Antônio Manuel; XAVIER, Ângela Barreto. As redes clientelares. In: MATTOSO, Joaquim (Org.). *História de Portugal*: o antigo regime. Lisboa: Estampa, 1993. v. 4, p. 381-393; e FURTADO, Junia Ferreira. *Homens de negócios*: a interiorização da metrópole e do comércio nas Minas setecentistas. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 2006 (Estudos históricos; 38). Sobre José Joaquim da Rocha, conferir, entre outros, ROCHA, José Joaquim da. *Geografia histórica da Capitania de Minas Gerais*. Descrição geográfica, topográfica, histórica e política da Capitania de Minas Gerais. Memória histórica da Capitania de Minas Gerais. Estudo crítico: Maria Efigênia Lage de Resende e Rita de Cássia Marques. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1995.

8. Em relação aos *Relatórios de Presidente de Província*, é importante informar que esses documentos foram elaborados, a partir de 1834, em quase todas as unidades administrativas do Império Brasileiro e tinham como objetivo específico atender a determinação imperial que ordenava

o envio de mapas, estatísticas e informações em geral sobre as diversas unidades administrativas do reino. *Grosso modo*, os relatórios seguiam uma seqüência de temas relacionados com as atividades administrativas da província. Geralmente a disposição dos conteúdos vinha com uma *Mensagem Inicial*, na qual o presidente da província fazia sua apresentação para, posteriormente, discorrer sobre temas como: Segurança Pública, Ensino, Obras Públicas, Navegação, Colonização, Hospitais, Catequese e Índios. Não obstante a formalidade característica do texto, é possível identificar na documentação inúmeros comentários de cunho pessoal sobre os assuntos abordados, o que evidencia em muitos casos o caráter pessoal desses textos. BORGES, Maria Eliza Linhares. Atlas: com eles também se escrevem memórias nacionais. In: DUTRA, Eliana Rodrigues de Freitas; MOLLIER, Jean-Yves. (Org.). *Política, nação e edição*. O lugar dos impressos na construção da vida política. Brasil, Europa e Américas. Séculos XVII-XX. 1. ed. São Paulo: Annablume, 2006, v. 1.

9. *Falla dirigida á Assembléa Legislativa Provincial de Minas-Geraes na abertura da sessão ordinária do anno de 1842, pelo vice-presidente da província, Herculano Ferreira Penna*. Ouro-Preto: Typ. do Correio de Minas, 1842. p. 13-15. [Grifo meu.]

10. O major Luiz Maria da Silva Pinto nasceu em Pilar de Goiás no dia 15 de março de 1775 e residiu por vários anos em Ouro Preto, Minas Gerais. Em 8 de abril de 1822, propôs um plano para a instalação da primeira tipografia oficial na província, além da publicação de uma folha com os atos governamentais. Após dez anos de pesquisa, publicou, em 1832, o *Dicionário da Língua Brasileira*. Luiz Maria da Silva Pinto faleceu em Ouro Preto em 19 de dezembro de 1869, aos 94 anos de idade. Cf. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro- RIHGB*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, v. 191, p. 73-76, 1946.

11. *Falla dirigida á Assembléa Legislativa Provincial de Minas-Geraes na abertura da sessão ordinária do anno de 1843 pelo presidente da província, Francisco José de Souza Soares d'Andréa*. Ouro-Preto: Typ. do Correio de Minas, 1843. p. 74-75.

12. *Ata de Comissão Imperial de Demarcação de Limites entre o Império do Brasil e a República Oriental do Uruguay*, 15 de junho de 1853.

13. Eschwege foi um engenheiro militar, cartógrafo e mineralogista de origem germânica que serviu em Minas Gerais entre 1811 e 1822. Ver entre outros ESCHWEGE, Wilhelm Ludwig von. *Jornal do Brasil, 1811-1817*: ou relatos diversos do Brasil, coletados durante expedições científicas. Notas introdutórias por Friedrich E. Renger e Douglas Cole Libby. Tradução por Friedrich E. Renger, Tarcísia Lobo Ribeiro e Guntaer Augustin. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro/Centro de Estudos Históricos e Culturais, 2002.

14. *Falla dirigida á Assembléa Legislativa Provincial de Minas-Geraes na abertura da sessão ordinária do anno de 1843 pelo presidente da província, Francisco José de Souza Soares d'Andréa*. Ouro-Preto: Typ. do Correio de Minas, 1843. p. 74-75.

15. *Falla dirigida á Assembléa Legislativa Provincial de Minas-Geraes na abertura da sessão ordinária do anno de 1843 pelo presidente da província, Francisco José de Souza Soares d'Andréa*. Ouro-Preto: Typ. do Correio de Minas, 1843. p. 74-75.

16. *Falla dirigida á Assembléa Legislativa Provincial de Minas-Geraes na abertura da sessão ordinária do anno de 1843 pelo presidente da província, Francisco José de Souza Soares d'Andréa*. Ouro-Preto: Typ. do Correio de Minas, 1843. p. 74-75.

17. *Falla dirigida á Assembléa Legislativa Provincial de Minas-Geraes na abertura da sessão ordinária do anno de 1843 pelo presidente da província, Francisco José de Souza Soares d'Andréa*. Ouro-Preto: Typ. do Correio de Minas, 1843. p. 74-75.

18. *Falla dirigida á Assembléa Legislativa Provincial de Minas-Geraes na abertura da sessão ordinária do anno de 1843 pelo presidente da*

província, Francisco José de Souza Soares d'Andréa. Ouro-Preto: Typ. do Correio de Minas, 1843. p. 74-75.

19. O Corpo de Estrangeiros foi uma divisão do Exército brasileiro criada em 18 de janeiro de 1822, constituído inicialmente de imigrantes e de estrangeiros de passagem ou morando no Rio de Janeiro. SCHLICHTHORST, C. *O Rio de Janeiro como é (1824-1826)*. Brasília: Senado Federal, 2000.

20. A região da mina de Gongo-Soco pertence ao município de Barão de Cocais – MG, onde ainda existem as ruínas da antiga exploração que são tombadas pelo Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (Iepha-MG).

21. Os trabalhos de Halfeld foram importantes também no desenvolvimento da cidade de Juiz de Fora – MG. Ao lado de Mariano Procópio, ele é considerado um dos fundadores da cidade. Cf. HALFELD, Henrique Guilherme Fernando; TSCHUDI, Johann Jakob von. *A província brasileira de Minas Gerais*. Tradução de Myriam Ávila; ensaio crítico, notas e revisão da tradução de Roberto Borges Martins. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro/Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1998. p. 25-32.

22. HALFELD; TSCHUDI. *A província brasileira de Minas Gerais*, p.33-35.

23. O ajudante responsável pelos levantamentos geodésicos a que se refere o texto provavelmente era Friedrich Wagner, que já estava contratado em 1842. Cf. *Falla dirigida á Assembléa Legislativa Provincial de Minas-Geraes na abertura da sessão ordinária do anno de 1842, pelo vice-presidente da província, Herculano Ferreira Penna*. Ouro-Preto: Typ. do Correio de Minas, 1842. p. 13-15. [Grifo meu.]

24. Trata-se de Johann Jakob von Tschudi, naturalista suíço que nasceu em Glarus e estudou ciências naturais e medicina em Neuchatel e Leide e Paris. Em 1838, realizou uma expedição pelos Andes por cinco anos. Visitou e permaneceu no Brasil entre 1857 e 1868, exercendo durante parte desse período o cargo de embaixador da Suíça no país. Morreu em 1889 na Suíça. Cf. HALFELD; TSCHUDI. *A província brasileira de Minas Gerais*.

25. Ver TSCHUDI, Johann Jakob von (1866). *Viagem através da América do Sul*. Tradução, revisão e notas de Friedrich Ewald Renger. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro/Centro de Estudos Históricos e Culturais. 2 v.

26. *Relatorio que á Assembléa Provincial da Província de Minas Geraes apresentou na sessão ordinária de 1853 o doutor Luiz Antonio Barboza, presidente da mesma Província*. Ouro Preto: Typ. do Bom Senso, 1853. p. 13. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/457/000013.html>. Acesso em: 9 de setembro 2008. [Grifo meu.]

27. Observou-se ação semelhante com os padres matemáticos Diogo Soares e Domenico Capassi, que, no século XVII, utilizaram essa metodologia para elaboração de suas cartas cartográficas. No caso desses clérigos, além da observação direta do território, eles se valeram de vários relatos denominados de “Notícias Práticas”. Sobre os padres matemáticos, cf. BORGES, Maria Eliza Linhares. Padres matemáticos. In: BOTELHO, Ângela Vianna; ROMERO, Adriana. *Dicionário histórico das Minas Gerais*: período colonial. Belo Horizonte: Autêntica, 2003. p. 227-229.

28. *Relatorio que á Assembléa Legislativa Provincial de Minas Geraes apresentou na sessão ordinária de 1854, o presidente da província, Francisco Diogo Pereira de Vasconcellos*. Ouro Preto: Typ. do Bom Senso, 1854. p. 24. [Grifo meu.]

29. *Relatorio que á Assembléa Legislativa Provincial de Minas Geraes apresentou na 2ª sessão ordinária da 10.a legislatura de 1855 o presidente da Província, Francisco Diogo Pereira de Vasconcellos*. Ouro Preto: Typ. do Bom Senso, 1855. p. 32.

30. O engenheiro e cartógrafo Henrique Gerber foi contratado pelo governo provincial de Minas Gerais para a execução de diversas atividades.

Entre os serviços prestados pelo engenheiro estão: o projeto de estradas, como o caminho entre Barbacena e São João del-Rei, orçamentos de diversas obras, como pontes e edifícios públicos; e plantas de diversas construções. Além disso, em 17 de dezembro de 1861, Gerber assinou contrato com o governo da província para mandar litografar 300 exemplares de uma Carta Geographica da Província de Minas Gerais feita a partir de seus levantamentos. Ver *Relatorio que á Assembléa Legislativa Provincial de Minas Geraes apresentou no acto da abertura da sessão ordinária de 1863 o conselheiro João Crispiano Soares, presidente da mesma província*. Ouro Preto, Typ. de Minas Geraes, 1863. p. 24.

31. No Relatório de 1858, o presidente da Província de Minas Gerais, Carlos Carneiro de Campos, prestava conta sobre a compra de equipamentos para a produção de uma Carta da Província. Cf. *Relatorio que á Assembléa Legislativa Provincial de Minas Geraes apresentou na abertura da sessão ordinária de 1858 o conselheiro Carlos Carneiro de Campos, presidente da mesma Província*. Ouro Preto: Typ. Provincial, 1858. p. 35.

32. HALFELD; TSCHUDI. *A província brasileira de Minas Gerais*. Belo Horizonte, p. 39.